

Posfácio

Charlotte Galves

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LOBO, T., and OLIVEIRA, K., orgs. *África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, 367 p. ISBN 978-85-232-0603-1. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

POSFÁCIO

Charlotte GALVES
(UNICAMP - CNPq)

Na tese em que dá a conhecer os textos que são o objeto deste livro, Klebson Oliveira escreve:

De fato, por razões históricas, dir-se-á, mas só a princípio, que um dos méritos do *corpus* constituído é consentir aproximações do que teria sido o português popular do passado, porque, como diz Mattos e Silva (2001a e 2002a), foram os africanos e afro-descendentes os seus mais prováveis usuários, contudo já se fizeram insinuações para dizer que o *corpus*, talvez, também espelhe variedades do português culto. De todo modo, *diz-se que afirmações desse tipo, qualquer uma delas, só podem ser comprovadas quando uma edição como a que se apresentará cumpre o seu objetivo primeiro, ou seja, que seja estudada, no que toca à língua ali presente, por outros que, como disse Castro (1996, p. 136-137), se desviem pelos mesmos caminhos.* (OLIVEIRA, 2006, p. 214-215) [grifo meu, CG]

Os capítulos que precedem este POSFÁCIO constituem uma primeira resposta ao desafio lançado por Oliveira. “Desviando-se pelo mesmo caminho”, eles destrincham, descrevem e analisam em detalhe parte do *corpus* por ele editado: os documentos (em grande maioria atas, e doravante chamados *Atas*) escritos por aqueles que ele identificou como africanos, ou seja, aqueles que, nascidos na África e vindos de lá como escravos, conseguiram alforria no Brasil e, além de aprenderem o português para se comunicarem no dia-a-dia, se dedicaram à tarefa de escrever, em português, os textos relativos ao funcionamento da Irmandade que eles fundaram.

Frente ao mapa traçado pelos diversos caminhos trilhados pelos autores deste livro, podemos agora confirmar a veracidade das hipóteses e 'insinuações' levantadas, antes que fossem analisados, na sua complexidade, os documentos estudados aqui. Estamos, de fato, em frente de testemunhos do português popular do passado, bem próximo do português popular de muitos outros documentos, passados e presentes. Mas é verdade que os mesmos textos espelham 'variedades do português culto'.

Esta dupla face é, a meu ver, o legado maior desses documentos, porque eles apontam para uma dupla competência, adquirida em situações diferentes e com objetivos distintos. Uma diz respeito à oralidade quotidiana e encerra nela a questão das origens do português brasileiro (PB) coloquial moderno. A outra deriva da

capacidade dos seis autores do *corpus* em análise de se apropriarem da língua culta do discurso das *Atas*. O que surpreende o leitor moderno é a co-existência, nos mesmos textos, desses dois níveis lingüísticos distintos e – se pensarmos em termos normativos – antagônicos. Mas certamente a norma não é uma questão para os nossos falantes/escritores africanos, recém-saídos da escravidão, na Bahia oitocentista. A questão para eles é constituir a língua num real instrumento de comunicação. E, sem dúvida, o fazem com eficiência.

Neste POSFÁCIO, entendido como ponto de fechamento, mas também, se bem sucedido, como um ponto de abertura, queria, com base nos capítulos que o precedem, problematizar essa dupla competência instanciada nas *Atas* e, tomando essa questão como base, articular minha reflexão em torno de dois temas:

- (i) a questão das origens do PB, uma vez que estamos frente à escrita de uma comunidade que é uma das formadoras da variante brasileira: a africana;
- (ii) a natureza do sujeito nulo, focalizando a forte ambigüidade gramatical que o caracteriza, como reveladora da instabilidade criada pela sobreposição das competências lingüísticas encerradas nos textos em análise.

1. A DUPLA COMPETÊNCIA LINGÜÍSTICA SUBJACENTE ÀS ATAS

Os documentos estudados neste livro fogem às expectativas comuns sobre a produção escrita. Encontra-se, com efeito, neles o que nos aparece como uma contradição. Por um lado, como enfatizado em vários capítulos, a sintaxe das *Atas* é perfeitamente condizente com a sintaxe portuguesa padrão da época. Encontramos uma colocação de clíticos clássica (*Capítulo 5*), uma sintaxe de regência quase impecável, do ponto de vista da norma (cf. *Capítulo 3* – voltaremos, porém, a esse ponto na Seção 2 abaixo), construções hoje obsoletas na língua corrente, como a expressão do passivo com o pronome *se* (*Capítulo 4*), um uso do sujeito nulo bem mais próximo do português clássico do que do português brasileiro do século XXI (*Capítulo 2*) e, enfim, períodos complexos, contendo orações subordinadas

completivas, adjuntas e relativas variadas e também, em sua grande maioria, compatíveis com o padrão normativo da época (*Capítulos 6 e 7*). Por outro lado, observamos, em alguns aspectos, um desempenho profundamente desviante em relação a esse padrão. Nessa categoria se encontram os fenômenos relativos à concordância, tanto nominal quanto verbal (*Capítulos 8 e 9*), fenômenos esses que têm sido relacionados ao processo de *crioulização* ou *semi-crioulização* (cf. COELHO, 1880-1886; GUY, 1981; BAXTER & LUCCHESI, 1999) ou, de um ponto de vista de uma teoria mais ampla do contato lingüístico, à *transmissão irregular* (LUCCHESI, 2002) ou *aprendizagem imperfeita* (KROCH, 2001). Convivem, assim, nas *Atas*, um domínio da norma quase sem falhas, quando consideramos certos aspectos da sintaxe, e um desvio reiterado dessa mesma norma, quando se trata de concordância nominal e verbal.

A contradição só se desfaz se assumirmos que temos duas dimensões autônomas, que são fruto de duas aprendizagens independentes. A aprendizagem do vernáculo popular, usado na vida quotidiana, e a aprendizagem de uma sintaxe escrita convencional. Dessas aprendizagens diferentes, emergem duas competências distintas, mas não antagônicas, no ato da escrita das *Atas*, já que, ao que parece, não constituem um objeto regido pela norma gramatical vigente nos textos ‘cultos’. Sua eficiência não se mede pela obediência a uma norma gramatical, mas pelo preenchimento de funções pragmáticas essenciais ao bom funcionamento e à preservação da Irmandade.

2. A QUESTÃO DAS ORIGENS DO PB: O PAPEL DAS LÍNGUAS AFRICANAS

Na citação que abre este POSFÁCIO, Oliveira discute a relevância do *corpus* por ele editado para os estudos históricos do português brasileiro. O que será que esse *corpus* nos diz sobre as origens do PB? Essa é uma questão em filigrana em todos os estudos reunidos aqui. Os autores dos textos analisados neste livro são africanos. Eles são, portanto, com toda certeza, falantes nativos de outras línguas que não o português, e falantes de português como segunda língua. Como diz Oliveira: “Os documentos saídos de mãos africanas, talvez, possam permitir aproximações das

variedades do português falado como segunda língua” (*op. cit.*, p. 214). Podemos acrescentar ... o português falado como segunda língua por africanos ... o que nos leva à indagação sobre a influência que essas línguas africanas possam ter tido no desenvolvimento de uma nova variante do português em terras brasileiras.

Como enfatizado acima, grande parte dos estudos reunidos aqui declaram uma certa impossibilidade em detectar nos textos o germe das características sintáticas do PB moderno. No domínio da sintaxe, só um tópico permite estabelecer, sem dúvida, essa filiação: é a concordância, nominal e verbal (cf. *Capítulos 8 e 9*), tão reiteradamente apontada como sendo a assinatura do contato, e dos seus efeitos mais drásticos, como a crioulanização. Um outro aspecto, mais dificilmente apreensível pelo seu caráter ambíguo, nos traz alguma informação: o uso do sujeito nulo e do pronome *se* (*Capítulos 2 e 4*).

Depois dos *Capítulos 8 e 9*, pouco resta a dizer sobre a questão da concordância, senão, talvez, que uma abordagem sintática da concordância nominal – explicitamente deixada de lado no *Capítulo 8* – ressaltaria ainda mais o fenômeno da ausência de concordância explícita. Não fiz nenhuma quantificação a esse respeito, mas me parece que são pouquíssimos os sintagmas nominais em que a marca de concordância apareça em todos os constituintes. Ou seja, os africanos dominam mais a morfologia da concordância (75% das palavras plurais são pluralizadas) do que a sintaxe da concordância.

Retomarei, na próxima seção, a questão dos sujeitos nulos. Queria agora apontar para um dos fenômenos discutido no *Capítulo 3*: a expressão do dativo. Os autores enfatizam dois aspectos dessa expressão, a predominância da preposição *a* sobre a preposição *para* e a quase ausência de construções de duplo dativo, presentes em certos dialetos brasileiros, como o dialeto da Zona da Mata (SCHERR, 1996) e o dialeto de Helvécia (BAXTER & LUCCHESI, 1996). Eles apontam um único caso dessa construção:

- (1) em uertude de dar Compimento **o pogetos** oferecidos a deuocaõ... (MC, 01, 21.10.1834)

Note-se que, nesta mesma frase, o complemento de *oferecidos*, verbo que subcategoriza um argumento dativo, aparece numa forma que pode ser interpretada como uma forma não dativa. Como discutido pelos autores do capítulo, a ausência de crase torna ambígua as ocorrências em que o complemento é feminino. Se fossem computadas essas ocorrências como realização de dativos sem preposição, talvez pudéssemos considerar que a construção de duplo objeto é de fato presente nos textos de maneira bastante robusta. Observemos, por exemplo, a frase sublinhada no seguinte trecho:

- (2) Fca para de cutir o Requirimento seguuin<te> / do Vizitador Joze Fernandez do Ó / do Vis Porvedor Manoel da Comceiçam, / do Fcal que Apresentor a Meza oprogeto / Com 5 Atigo <Sahio Nolo> estar Comfoner para / 1ª Domingos do Mez Manoel Victo / Secretário (MVS, 07, 14.06.1835)

Dois outros dados não ambíguos merecem menção:

- (3) *e juntamente na 1ª. Reuniação **apresentar** Ø qual quer hum Irmão a Sua Instrução ou tabella deRejime* (JFO, 02, 01.11.1835)
- (4) *fica multado aqual quer Mezários que falte assistencia de Meza Mensaes pagaraõ de cada falta *servindo esse dinheiro para os mulimentos eu tencilios para devocaõ social.** (LTG, 08, 02.02.1833)

Se interpreto adequadamente a primeira frase, *qualquer hum irmão* é o complemento dativo de *apresentar*, sem preposição. Na segunda, a preposição *a* parece introduzir o argumento interno do particípio passado *multado*. Essa correlação entre ausência de preposição introduzindo os complementos dativos e uso da preposição *a* para introduzir os complementos diretos é também uma das características sintáticas observadas em documentos que integram o acervo do *Arquivo Caculo Cacahenda*¹, também escritos por africanos, porém na África – mais exatamente, em Angola –, e editados recentemente num volume que integra a série intitulada *Africae Monumenta: a apropriação da escrita pelos africanos* (cf. TAVARES &

¹ *Caculo Cacahenda* é o nome de uma importante linhagem de chefes africanos.

MADEIRA, 2002). A comparação entre os dois *corpora* se impõe. Muda o lugar e muda possivelmente a língua materna – de um lado, quicongo e quimbundo², do outro lado, não sabemos, ao certo, se do grupo banto, ou de uma família aparentada ou não. Mas há muitas semelhanças. Os documentos escritos em Angola são, em grande maioria, de natureza jurídico-administrativa, o que acrescenta um forte elemento de semelhança. Em relação à regência verbal, encontramos as seguintes construções (os exemplos datam, respectivamente, de 1850 e 1846):

- (5) ficando os Reos responcaves de pagarem o Aucttor, a quantia de vinti e seis mil duzentos e sincoenta (*op. cit.*, p. 153)
- (6) tendo tambem Captivado a Sebastião Amazengo (*op. cit.*, p. 142)

Em (5), o complemento dativo de *pagar*, o *Aucttor*, aparece sem a preposição *a*. Em (6), o objeto direto *Sebastião Amazengo* é introduzido pela preposição *a*³.

Essa variação na marcação dos argumentos é também um traço do português africano moderno (cf. GONÇALVES, 2004 e GONÇALVES & CHIMBUNTANE, 2004, para o português falado como segunda língua em Moçambique) e está relacionada com o fenômeno do duplo objeto, também típico do português africano e, como já mencionado, presente em certos dialetos brasileiros, bem como o uso do clítico *lhe* como complemento de objeto direto, também presente em alguns dialetos brasileiros.

O uso das preposições em geral é, aliás, um dos aspectos do português brasileiro mais susceptível de ter sido influenciado pelo contato com línguas faladas pelos africanos no Brasil. Os estudos que precedem este POSFÁCIO não tratam explicitamente dessa questão, a não ser a respeito das orações relativas (*Capítulo 6*), que apresentam um único caso de uso desviante de preposição nas construções de *pied-piping*, em que a preposição *em* é usada no lugar da preposição *de*:

² Como informado por Ana Paula Tavares na introdução da obra referida.

³ Uma possível interpretação do uso da preposição *a* no português africano do século XIX seria o fato que isso era um construção freqüente no português clássico. Contudo, encontramos esse mesmo fenômeno no final do século XX na fala de moçambicanos aprendendo português como segunda língua em contexto formal de aprendizagem, ou seja, com base no português europeu moderno, que perdeu essa construção.

- (7) Comparecerem em hum extraordinario *para* o Comprimento dos desvalido em que estamos em Caregado (JFO, 02, 13.11. 1836)

Numa rápida busca a outros usos da preposição *em* no *corpus*, achei o seguinte dado:

- (8) eseguiu-se os trabalhos efica aguiados para na / Dominga 13 doCorrente a Ver nova Reuniaõ *para* setratar / da Festa emais as Contas da 4ª e 5ª Lotaria (MSR, 13, 06.09.1835)

O que chama atenção nesse dado é o uso concomitante de *para* e de *em*. Esse fenômeno é raro, uma vez que só se encontra uma vez no conjunto das *Atas*. Mas ele faz eco ao que se encontra nas produções de moçambicanos falando português como segunda língua, nos nossos dias, como ilustrado no exemplo a seguir (cf. GONÇALVES & CHIMBUTANE, 2004, p. 9):

- (9) voltou para no Maputo

No seu artigo, Gonçalves e Chimbuntane (2004) estudam a expressão do locativo. Eles explicam que, nas línguas banto, o locativo não é expresso por preposição, mas por um afixo no nome. Os sintagmas locativos são, portanto, nominais e não preposicionais. Isso explica a co-ocorrência de *em*, reanalisado como afixo nominal, com a preposição *para*, que indica a direção. Na frase de *Manuel do Sacramento e Conceição Rosa*, as preposições *em* e *para* não têm valor locativo, mas temporal, porém a mesma análise pode explicar a mesma co-ocorrência, se *em* é analisado pelo autor como um afixo no sintagma nominal a *dominga*, e não como uma preposição.

Podemos indagar o porquê da raridade desse fenômeno no *corpus* em análise⁴. Vejo dois. Primeiro, a raridade da expressão da direcionalidade. Uma rápida busca mostra que as ocorrências de *para* são exclusivamente temporais e finais. Nas *Atas*,

⁴ Encontrei um outro caso, um pouco diferente, mas passível da mesma análise: ejuntamente aopiniaõ da apresentação do Irmaõ Ex-cretario Marco Jozé do Ro-zario, pello Capitulo apontado pello no Seu memo Requerimento epor esta Comforme _{ev} mandou passar este pormim, em falta do Secretario (JFO, 11, 10.07.1842).

não se fala de lugares aonde se vai, só se fala de lugares em que se realizam atividades. Segundo, é importante notar que a co-existência de duas preposições locativas não se manteve no português brasileiro. Parece ser uma característica do português falado como segunda língua por africanos, que não se implantou no português falado como língua materna no Brasil, pelo menos nos dialetos de que temos notícia. A sua raridade nas *Atas* pode então decorrer também da competência dos falantes. Apesar de não terem nascido no Brasil, tudo leva a pensar que são fluentes em português e que sua 'interlíngua' já não comporta, ou pouco comporta, esse tipo de construções. Dito de outra maneira, como enfatizado por vários autores dos ensaios apresentados neste livro, e retomando os termos de Baxter e Lucchesi (1999), os redatores das *Atas* já não estão na fase inicial da aprendizagem do português. Isso é coerente com a sua capacidade de aprender um registro diferenciado e não é absolutamente contraditório com a sua sintaxe variável de concordância, uma vez que esta, como mostrado nos *Capítulos 8 e 9*, se aproxima bastante daquela que encontramos hoje em dia no português popular⁵.

As *Atas* constituem assim um elemento valiosíssimo na reconstituição do *puzzle* das origens africanas do PB, ao trazerem mais uma peça da convergência entre português popular de um lado, e português falado e escrito por africanos, no Brasil e na África. Com mais segurança podemos, ao sair deste livro, afirmar com Mattos e Silva (2004) e com Lobo e Oliveira (2007) que africanos e afro-descendentes foram “os formatadores” do português popular brasileiro.

Poder-se-ia contra-argumentar que a referida convergência só tem sido mostrada, do lado africano, para o domínio banto. Ora, faltam-nos informações sobre a origem étnica e lingüística dos autores das *Atas*. A sua ligação com a Revolta dos Malês (cf. Oliveira, 2003) os situaria mais no grupo de africanos oriundos de regiões - falantes de línguas de outras famílias - em que se expandiu a religião muçulmana. É, aliás, possível que sua alfabetização inicial tenha sido em árabe. Nos primórdios de uma moderna lingüística comparativa afro-brasileira, os estudos tem se concentrado essencialmente no domínio banto, seja porque os dados do português falado, ou

⁵ Note-se também que não há menção, no *Capítulo 8*, de discordância de gênero, traço também típico da aprendizagem do português por africanos, aparentemente ausente das *atas*.

escrito, na África, são de falantes de línguas maternas dessa família, seja porque é prioritariamente com essa família – que tem uma tradição de descrição e análise lingüísticas muito forte – que se têm lançado as bases de uma lingüística contrastiva português/línguas africanas. É claro que ainda há muito que fazer, tanto no sentido de aprofundar a lingüística contrastiva línguas banto/português, quanto no de estender os estudos a outros domínios lingüísticos africanos⁶. Mas seja qual for a língua materna dos fundadores da Irmandade, encontramos, nas suas produções escritas, vestígios de fenômenos já repertoriados em outras produções de africanos falando o português como língua segunda, e fenômenos presentes no português brasileiro moderno. Uma possível explicação para isso, independentemente das suas línguas maternas, é que eles teriam encontrado na Salvador da primeira metade do século XIX um português popular já amplamente moldado pela presença das línguas africanas – em particular as da família banto –, que eles vão contribuir a reforçar e a transmitir às gerações seguintes, já brasileiras.

Na última parte deste POSFÁCIO, queria focalizar um dos fenômenos do português brasileiro mais discutidos, sob diversos pontos de vista e diversos quadros teóricos, o fenômeno do sujeito nulo. Dado que a sua análise envolve forçosamente uma abstração maior, por se tratar de categoria ‘vazia’, sem realização lexical, esse tópico nos permitirá retomar a questão da competência dos autores africanos das *Atas*.

3. O SUJEITO NULO DAS ATAS: AMBIGÜIDADE DA REFERÊNCIA E DA SINTAXE

Este livro testemunha bem a centralidade da questão do sujeito nulo nos estudos sintáticos do português brasileiro: dos dez ensaios reunidos aqui, quatro, de alguma maneira, tratam do assunto. São eles o *Capítulo 2* sobre o sujeito, o *1* sobre o tópico, o *4* sobre o apagamento de *se*, *e*, em menor grau, *9* sobre a concordância sujeito-verbo. Não se podia fechar o livro sem voltar a esse assunto.

⁶ A complexidade do assunto pode ser conferida, entre outros estudos, em Bonvini (2008) e Pessoa de Castro (2005).

Em primeiro lugar, chama a atenção a alta frequência de sujeitos não realizados nas *Atas*: entre 68% e 93%, conforme as pessoas; 69% e 100%, conforme o contexto sintático, e 71% e 97%, conforme o caráter mais ou menos formular dos enunciados (cf. *Capítulo 2*). Esse último número chama particularmente a atenção, porque isto significa que, nas partes em que o discurso está menos preso ao linguajar jurídico representativo desse tipo de textos, o pronome só é usado em 3% das ocorrências, duas em número absoluto. Surge uma outra questão: qual seria a razão da maior frequência de pronomes nos trechos formulares? Parece-me que a resposta está nos fechamentos das *Atas*, em que os pronomes de primeira pessoa, *eu* e *nós*, são de fato focalizados, inclusive pela presença da conjunção *que*, como se pode verificar no seguinte exemplo e em tantos outros nas *Atas*:

(10) Eu que esta subscrevi (MSR, 09, 05.07.1835).

Observe-se que, neste contexto, o pronome não poderia ser apagado. Portanto, não há variação possível. Na ausência de *que*, não é tão claro, mas podemos afirmar que a primeira pessoa recebe geralmente uma ênfase ou um contraste pouco compatível com o sujeito nulo, como se vê no exemplo a seguir:⁷

⁷ Vale aqui retomar a citação de Martins feita por Oliveira no *Capítulo 8*, em que a autora argumenta a respeito da relevância das partes formulars dos textos jurídicos para o estudo da mudança. Até onde eu saiba, não dispomos de um estudo comparativo das fórmulas de abertura e fechamento de documentos oficiais em português no tempo e no espaço. Fiz uma pequena busca em textos de que disponho, verificando que, em outros documentos escritos no Brasil, o uso de *que* é ambíguo entre pronome relativo e marcador de foco. Observe-se, por exemplo, o seguinte trecho, retirado de documentos judiciais redigidos no Ceará no século XIX (cf. XIMENES, 2006); infelizmente a edição não traz nenhuma informação sobre os escrivães desses autos:

- (i) e para constar mandou , odito Juis fazer esteauto emque aSignou denome inteiro pela Querelante não Saber esCrever, eeu Joséde Barros Corrêa Escrivão que o escrevj (*op. cit.*, p. 69, l. 90-92)

Nesse mesmo contexto encontramos, embora mais marginalmente, variantes sem *que*:

- (ii) mandou odito Menistro fazer este Auto em que Com odito quei-xozo, etestemunhas assinou, que por estas não saber Escrever o fizerão de Crus, eeuJoão Jozé daCosta Escrivam o escrevj (*op. cit.* p.181, l. 58-59)

O primeiro exemplo permite a interpretação de que há dois assinantes do auto, o juiz e o escrivão que o escreveu. Nesse caso, *que* recebe naturalmente a interpretação relativa. Mas a ausência de *que* no segundo exemplo mostra que a última oração pode ser interpretada como independente, para informar quem escreveu o auto, independentemente da assinatura do mesmo. Nos documentos do Arquivo *Caculo Cachenda*, escritos por africanos na África, encontramos também um uso recorrente de *que*, com a mesma ambigüidade, sendo que, em muitos casos, a interpretação de focalização é mais plausível, como no exemplo seguinte:

- (11) mandou o Provedor lavra es | te termo eeu Como Secretario ofis ev eSu | bré escrevi, etc. [JFO, 05, 10.07.1936].

O segundo aspecto do sujeito nulo que merece destaque é a questão da sua interpretação. O que está em jogo é a natureza da categoria vazia. Será a do português europeu, legitimada e identificada pela flexão verbal rica, ou a do português brasileiro moderno, língua de flexão mais pobre, já que perdeu a forma de 2ª pessoa e tem tendência a substituir a 1ª pessoa do plural pela forma pronominal *a gente*, além da tendência mais ou menos forte, conforme os dialetos, a não realizar a flexão de 3ª pessoa do plural? A convivência de dois registros no discurso das *Atas* tem como corolário um comportamento que pode ser caracterizado como misto no que diz respeito ao uso dos pronomes e à morfologia verbal. Por um lado, a primeira pessoa do plural – seja com o pronome *nós* ou com sujeito nulo, é muito presente nos textos quando se trata de fazer referência à Irmandade, e não é nenhuma vez substituída por *a gente*. Isso aponta para uma língua de morfologia rica. Por outro lado, quando o sujeito é anteposto, não há concordância do verbo em 22% dos casos, e, em 29%, quando o sujeito é posposto. Isso aponta para uma língua de morfologia pobre. O que dizer então do sujeito nulo? O *Capítulo 1* sugere que a sua interpretação depende do tópico e que estaríamos já frente a uma língua não de sujeito nulo, como o italiano, mas de tópico nulo, como o chinês. Condizente com essa interpretação é o fato de os textos apresentarem também objetos nulos, típicos desse tipo de línguas (a frequência de objetos nulos com valor anafórico ou dêitico também é apresentada e

-
- (iii) E eu Lourenço Gonsalves da Rocha Escrivão que a escrevi e em Sse assignei (TAVARES & MADEIRA, 2002, p. 117)

Na busca preliminar que fiz nesse *corpus*, não achei casos de fechamento referente ao escrivão sem uso de *que*.

Nos documentos paulistas do século XVII editados por Megale e Toledo Neto, *que* pode ser interpretado como pronome relativo:

- (iv) Eal não disse, esesainou Com odito *Senhor eeu* o *padre Antonio Rapozo que* oescrevy (*op. cit.*, p. 259, l. 1477)

Note-se, porém, que a conjunção de coordenação foi acrescentada na edição. Enfim, um olhar rápido aos documentos notariais do século XIII ao XVI, editados por Ana Maria Martins, mostra que o uso do *que* nessas fórmulas é exclusivamente para introduzir uma oração relativa. Aparece tipicamente numa relação de lista de testemunhas, dentre as quais a última é o tabelião que escreveu o auto. Como primeira conclusão, podemos aventar a hipótese de que o pronome relativo *que* dos autos portugueses é copiado e em parte reanalisado no Brasil, e possivelmente na África, como um marcador de foco. Só uma análise baseada num estudo exaustivo e quantificado dos dados disponíveis nos permitirá confirmar essa hipótese.

discutida no *Capítulo 3*). No caso do português, as coisas são de fato mais complicadas, já que o próprio português europeu é uma língua de objeto nulo, apesar de este sofrer restrições maiores do que em PB, como mencionado no *Capítulo 3* (cf. também RAPOSO 1986 & GALVES, 1989).

Um dos argumentos apresentados para sustentar que o sujeito nulo das *Atas* é legitimado por um tópico nulo se encontra nas construções de natureza formular, exemplificadas pela oração sublinhada do seguinte excerto:

(12) Aos deis dia domes de Julho de 1842 estando prezente o Pro- / vedor emais Mezarios fesse aReuniaõ do Costume eficou adi- / ado, o andamento do Comprimissõ Sendo descutido pello an- / ticipado de Capitulo a Capitulo, ejuntamente aopiniaõ / da apresentaçãõ do Irmaõ Ex-cretario Marco Jozé do Ro- / zario, pello Capi tulo apontado pello no Seu memo Reque / rimento epor esta Conforme mandou passar este pormim, / em falta do Secretario - Jozé Fernandes do Ó (JFO, 11, 10.07.1842)

O sujeito nulo do verbo *mandar* receberia sua interpretação de um tópico nulo que, por sua vez, acharia sua referência, no contexto: *o Provedor*. Concordo com essa possibilidade, mas é preciso ressaltar que a mesma interpretação seria disponível numa língua na qual é a morfologia verbal que legitima o sujeito nulo, o contexto favorecendo a interpretação de que quem mandou foi quem tem autoridade para isso. Nos documentos editados por Ximenes (2006), até onde pude verificar, o sujeito de *mandar* é sempre explicitado, apresentando uma variação pouco diversificada em torno do seguinte modelo⁸:

(13) Deque paraconstar mandou dito ministro fazer este auto (*op. cit.*, p. 88, l. 191-192)

Um estudo mais aprofundado se impõe para comparar as diversas realizações brasileiras e portuguesas desse tipo de fórmulas. No estado atual do nosso conhecimento sobre o assunto, a presença do sujeito nulo nas *Atas* dos africanos pode tanto ser interpretada em consonância com a alta frequência de sujeitos nulos nos

⁸ É interessante notar que a variação no caso se encontra na presença *versus* ausência do artigo definido *o* precedendo *dito juiz* ou *dito ministro*.

textos, ou seja, como um sujeito nulo pronominal do português europeu, quanto no sentido da análise proposta no *Capítulo 1*. Estamos, de fato, diante de uma grande ambigüidade, favorecida pela coexistência dos dois registros. Note-se que uma outra interpretação ainda é possível, perfeitamente compatível com a proposta do *Capítulo 1* de que se trata de uma língua em que o sujeito nulo é identificado pelo tópico, já que o elemento de concordância verbal é fraco (a esse respeito, cf. também GALVES, 1987). Seria a atribuição de uma referência indeterminada ao sujeito de *mandar*, equivalente a *mandou-se*. Essa interpretação é proposta no *Capítulo 4*, que estuda a omissão do pronome *se* nas *Atas*. Mas vale observar que um dos enunciados citados nesse capítulo como tendo omissão de *se* podia também ser interpretado com uma referência definida, no caso de 1ª pessoa do singular ('mandou ... que este eu fizesse'):

(14) mandou o Prezidente e mais Membro da Junta que este **ø** fizese (MSR, 01, 23.02.1834)

Essa interpretação é favorecida pela continuação do fechamento da *Ata*:

(15) e para Constar mandou o Prezidente e mais / Membro da Junta que este fizese e asig ase
/ Como - **Escrivam da Junta** (MSR, 01, 23.02.1834)

Também a posição pré-verbal do objeto não é um argumento definitivo para atribuir a essas orações um *se* apagado, uma vez que encontramos a mesma ordem com o verbo na primeira pessoa do singular:

(16) e por estar / mos Com for me mandou a Junta que se Lavrase / este Termo Como
Sacratário que este fiz e a signei (MSR, 08, 08.02.1835)

Exemplos como (17), por outro lado, fazem fortemente pender a balança na direção do português brasileiro moderno. Nesse caso, parece não haver dúvida de

que se trata de um sujeito nulo indeterminado, que, num caso, até co-ocorre com *se* na oração coordenada⁹:

- (17) Aos 2 dias do Mes de Outubro estando o Proved[or] emais me- / zarios estando em
Corpo de Meza fes o inventario naforma / da lei, e Seachou tudo Com forme o
estabalicimento do Nossós / Estatuto (JFO, 12, 02.10.1842)

Para concluir, podemos dizer que, enquanto em outros aspectos da sintaxe, o desempenho lingüístico dos autores das *Atas* parece ser relacionado de maneira exclusiva à gramática do vernáculo ou à gramática padrão, o sujeito nulo se apresenta como muito ambíguo em relação à gramática que o produz. Ou seja, a dualidade de gramáticas que observamos quando contrapomos, por exemplo, a colocação de clíticos e a concordância nominal, se manifesta no interior da sintaxe do sujeito nulo, deixando a impressão de que os redatores operam com as duas gramáticas ao mesmo tempo.

À GUIA DE CONCLUSÃO ... OU DE INTRODUÇÃO

Sáímos deste livro sabendo mais, e perguntando mais.

Sabemos mais, porque tivemos acesso, pela primeira vez, a um riquíssimo produto da aprendizagem do português como segunda língua por africanos, na Bahia do século XIX. Perguntamos mais, porque os caminhos traçados aqui traçam naturalmente caminhos futuros a serem seguidos com novos documentos. Desempenhando o papel de *advocatus diaboli*, sugeri algumas problematizações.

Dos dez capítulos do livro, só o último, dedicado à variação *ter/haver*, enveredou já pelas *Atas* escritas pelos brasileiros que fizeram ofício de escrivães na

⁹ A recorrência do sujeito nulo indeterminado com o verbo fazer na forma fez pode ser também devida à dificuldade para um ouvido africano em fazer a diferença entre fez e fez-se. Se é verdade, esperamos encontrar mais casos de omissão de se num contexto em que o pronome é normalmente enclítico. Considerando as ocorrências apresentadas nos exemplos 59-69 do Capítulo 4, isso se verifica se, como argumentado acima, as ocorrências com a forma no subjuntivo fizesse – desencadeadoras de próclise – podem ser interpretadas como tendo sujeito determinado (eu). Note-se que esse argumento só vale na medida em que as *Atas* apresentam uma sintaxe padrão de colocação de clíticos para a época. O Capítulo 4 mostra que é o caso.

SPD. A expectativa agora é grande de que todas as análises propostas aqui sejam aplicadas à escrita dos que vieram depois na SPD, já nascidos em terra brasileira, e que, por hipótese, já têm o português como língua materna. Dessa comparação, deverá surgir mais compreensão do que faz a especificidade dos documentos dos africanos, e, por sua vez, eles nos permitirão entender melhor a escrita e a fala dos seus descendentes.

Neste POSFÁCIO, sugeri outros contrapontos, que devem compor, com as *Atas* dos africanos e dos brasileiros e com outros tantos documentos a serem descobertos ainda (ou redescobertos), um imenso e diversificado conjunto de dados, cuja análise comparativa nos fornecerá, com certeza, muitas chaves para a história da constituição do português brasileiro, bem como, de modo mais geral, para a teoria do contato lingüístico.

REFERÊNCIAS

BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante. (1999). A relevância dos processos de pidginização e criolização na formação da língua portuguesa no Brasil. *Estudos lingüísticos e literários*, n. 19, p. 65-84.

BONVINI, E. (2008). Línguas africanas e português falado no Brasil. In: FIORIN, J. L.; PETTER, M. (Orgs.). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto. p. 15-62.

COELHO, Francisco Adolfo. (1967[1880-1886]). Os dialectos românicos ou neo-latinos na África, Ásia e América. *Estudos Lingüísticos Crioulos, reedição de artigos publicados no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Academia Internacional da Língua Portuguesa*, Lisboa.

GALVES, Charlotte. (1987). A sintaxe do português brasileiro. *Ensaaios de lingüística*, n. 13, p. 31-50.

GALVES, Charlotte. (1989). O objeto nulo no português brasileiro: percurso de uma pesquisa. *Cadernos de estudos lingüísticos*, n. 19, p. 65-90.

GONÇALVES, Perpétua. (2004). Towards a unified vision of classes of language acquisition and change: arguments from the genesis of Mozambican African Portuguese. *Journal of Pidgin and Creole Languages*, n. 19.2, p. 225-259.

GONÇALVES, Perpétua; CHIMBUTANE, Feliciano (2004). O papel das línguas bantu na gênese do português de Moçambique: o comportamento sintático de constituintes locativos e direcionais. *Papia*, n. 14, p. 7-30.

- GUY, G. (1981). *Linguistic variation in brazilian portuguese: aspects of phonology, syntax and language history*. Tese de Doutorado. Universidade da Pensilvânia, Pensilvânia.
- KROCH, A. (2001). Syntactic Change. In: BALTIN, M.; COLLINS, C. (Orgs.). *Handbook of syntax*. New York: Blackwell.
- LOBO, Tânia; OLIVEIRA, Klebson. (2007). Escrita liberta: letramento de negros na Bahia do séc. XIX. In: CASTILHO, Ataliba de et alii. (Orgs.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Campinas: Pontes. p. 437-460.
- LUCCHESI, Dante. (2003). O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, Claudia; ABRAÇADO, Jussara. (Orgs.). *Português brasileiro, contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora. p. 272-282.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (2004). Uma interpretação para a generalizada difusão da língua portuguesa no território brasileiro. In: _____. *Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola. p. 91-108.
- MEGALE, H.; TOLEDO NETO, S. A. (2006). (Orgs.). *Por minha letra e sinal, documentos do ouro do século XVII*. Cotia: Ateliê Editorial.
- OLIVEIRA, Klebson (2006). *Negros e escrita no Brasil do séc. XIX, Sócio-história, edição filológica de documentos e estudo lingüístico*. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- PESSOA DE CASTRO, Y. (2005). *Falares africanos na Bahia, um vocabulário afro-brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks.
- RAPOSO, E. (1986). On the null object in european portuguese. In: JAEGGLI, O; SILVA-CORVALAN, C. *Studies in Romance Linguistics*. Dordrecht-Holland/Riverton: Foris Publications.
- SCHER, Ana Paula (1996). *As construções com dois objetos no inglês e no português do Brasil: um estudo sintático comparativo*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, Campinas.
- TAVARES, Ana Paula; MADEIRA SANTOS, Catarina (2002). *Africae Monumenta, A apropriação da escrita pelos africanos, Arquivo Caculo Cachenda*. Vol. I. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- XIMENES, E. E. (2006). *Autos de querella e denúncia... Edição de documentos judiciais do século XIX no Ceará para estudos filológicos*. Fortaleza: Gráfica e Editora LCR.

Este livro foi publicado no formato 17x24cm
Com a fontes *Times New Roman* no corpo do texto e títulos
Miolo em papel 75 g/m²
Tiragem 500 exemplares
Impresso no setor de reprografia da EDUFBA
Impressão de capa e acabamento: ESB Serviços Gráficos